

panorama

inforegio

35

Outono 2010



**Em direcção a uma
maior inclusão social –**

a contribuição da Política Regional

EDITORIAL

Dirk Ahner

3

VISÃO GERAL

Maior inclusão social: a perspectiva regional

4-6

ENTREVISTAS

Karima Delli – Fintan Farrell – Paul Bevan

7-9

10

ANO EUROPEU 2010

Inclusão social, a luta contra a pobreza

11

FUNDO SOCIAL EUROPEU

Acabar com o ciclo da pobreza

12-13

EXCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Inclusão social e política de coesão – a perspectiva urbana

14-15

A INCLUSÃO E AS MINORIAS ÉTNICAS

A inclusão social das minorias étnicas: o exemplo dos Roma
Fundos regionais ajudam imigrantes a estabelecer um negócio

16

JASMINE E PROGRESS

Novos instrumentos da UE para responder às necessidades de microcrédito

17

CUIDADOS DE SAÚDE E INCLUSÃO

A necessidade de cuidados na comunidade

18-22

POR ESSA EUROPA FORA

ACCES – Investimento na juventude a nível transfronteiriço
Conhecimentos de informática – uma janela para o futuro
RobotDalen – assistência inteligente para uma vida independente
Inclusão dos Roma – campanha para a mudança
Ajudar os mais desfavorecidos na Hungria

23

NOS BASTIDORES

Mudanças no FEDER – reduzir a burocracia, desbloquear os fundos

24-25

POR DENTRO DOS NOSSOS PROJECTOS

Projectos sem fronteiras
Serviços de saúde competitivos – Longlife

26-27

TRABALHO EM REDE

As regiões e a mudança económica – promover um crescimento sustentável
Fórum do Comité das Regiões sobre a exclusão

28

DATAS E EVENTOS – DÊ-NOS A SUA OPINIÃO

Fotografias (páginas):

Capa: © CE

Páginas 2, 4, 6, 7, 9, 11, 14-15, 16, 17, 21, 23, 26: © CE

Página 13: © iStockphoto

Página 14: © Instituto Sociedade Aberta

Página 18: © ACCES

Página 19: © Olga Posaškova

Página 20: © Inmotion Intelligence AB

Página 22: © Levente Huszti (NDA), István Kopcsik (Instituição Pedagógica Multicultural)

Página 24: © Longlife – TU Berlim, tek

Página 25: © Pekka Fali

Página 26: © Comité das Regiões

Esta revista é impressa, em papel reciclado, em inglês, francês e alemão.

Está disponível em linha em 21 línguas no endereço electrónico seguinte: http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/panora_pt.htm

As opiniões expressas na presente publicação vinculam apenas os seus autores e não reflectem, necessariamente, os pontos de vista da Comissão Europeia.



O futuro da nossa Europa – enquanto agente competitivo a nível mundial, enquanto região onde se vive e trabalha bem e onde nos podemos reformar, enquanto modelo social que países, tão longínquos como o Brasil, tentam copiar – depende da nossa capacidade para dar a cada um dos nossos cidadãos a possibilidade de poder ser um membro activo da nossa sociedade, respeitado e realizado. 2010 – Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e Exclusão Social – realça a necessidade de construirmos uma Europa mais inclusiva enquanto elemento de crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social.

Estes objectivos são apoiados pelas medidas tomadas no âmbito da Política de Coesão da UE, que dispõe de instrumentos financeiros, tais como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo Social Europeu (FSE). Estes dois instrumentos de base financiam uma variedade de programas, que vão desde a melhoria da infra-estrutura dos transportes que permite que áreas menos desenvolvidas se abram a novas oportunidades, à promoção da aprendizagem ao longo da vida. A Panorama visita seis projectos por toda a Europa que exemplificam a forma como os investimentos apoiados pelo FEDER estão a ajudar sectores vulneráveis da nossa comunidade a combater o risco de exclusão.

Qual é papel da Política de Coesão na luta contra a pobreza e exclusão? O que está a ser feito para dar uma nova vida às zonas mais deprimidas das nossas cidades? Até que ponto é que os regulamentos actuais respondem às mudanças que ocorrem na Europa? Para além de abordarmos estas três perguntas, entrevistamos três personalidades chave no domínio da inclusão social e ficamos a saber o que pensam sobre as prioridades.

A Europa 2020 é uma visão estratégica para o século XXI. Demonstra como a UE pode sair desta crise económica mais forte e como se pode tornar uma economia inteligente, sustentável e inclusiva, com elevados níveis de emprego, produtividade e coesão social.

A forma como a Política de Coesão funciona no terreno, onde realmente estão as pessoas, desempenha um papel chave para se possam cumprir os objectivos da Estratégia 2020, garantindo que os que estão em risco de exclusão não sejam esquecidos. Os benefícios de uma sociedade participativa serão sentidos primeiramente nas regiões.

Dirk Ahner

*Director-Geral, Comissão Europeia
Direcção-Geral da Política Regional*

MAIOR INCLUSÃO SOCIAL: A PERSPECTIVA REGIONAL

O ano de 2010 foi designado pela UE como o Ano de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social. Esta edição da Panorama desenvolve este tema e olha mais de perto para a forma como as acções financiadas pela política regional estão a favorecer os objectivos da UE de uma sociedade inclusiva e produtiva.

Qual é o objectivo do Ano europeu?

Renovar o compromisso da UE de luta contra a pobreza e a exclusão social é um dos principais objectivos que estiveram na base da designação deste ano. Com os desafios que devemos enfrentar – só a título de exemplo, as alterações climáticas e o perfil demográfico da UE – e a crise económica ainda muito presente, torna-se claro que a Europa não pode ter uma sociedade que marginalize pessoas capazes e empreendedoras.

O Ano europeu representa uma chamada de atenção, uma tentativa para desafiar os estereótipos e dar voz aos que vivem na exclusão e na pobreza. Ao explorar os princípios da UE de parceria e solidariedade, 2010 serve para combater as causas da pobreza e permitir que todos possam desempenhar um papel pleno e activo na sociedade. O Ano europeu servirá igualmente para melhorar a coordenação entre os programas existentes e as iniciativas de luta contra a pobreza e a exclusão social.

Redução da pobreza – a chave do combate contra a exclusão

O nível de desenvolvimento regional tem um impacto substancial no nível de pobreza num país. As últimas estimativas da taxa de rendimento de pessoas em risco de pobreza mostram que os fundos da Política de Coesão se concentram nos países e nas regiões onde a pobreza relativa é mais elevada. O que significa que os fundos estão bem orientados.

A Política de Coesão não tem como principal objectivo a redução da pobreza, nem pretende mudar os sistemas de previdência nacionais, mas financia projectos que aceleram o desenvolvimento, promovem a igualdade de oportunidades, melhoram a qualidade de vida e aumentam as oportunidades de emprego, contribuindo todos estes elementos para a redução do número de pessoas em risco de pobreza.

De que forma é que a Política Regional contribui para os objectivos da UE

A Política Regional da União Europeia (UE) tem como objectivo eliminar as disparidades económicas e sociais entre as regiões, e assim promover um desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável da Comunidade Europeia. O Artigo 158º do Tratado da CE estabelece que “a fim de reforçar a sua coesão económica e social, a Comunidade procurará reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões e das ilhas menos favorecidas, incluindo as zonas rurais”.

QUEM ESTÁ MAIS EXPOSTO?

Os que estão mais expostos são as pessoas idosas, famílias numerosas e monoparentais, crianças e jovens, pessoas com incapacidades e membros de minorias étnicas que incluem os cerca de 10 a 12 milhões de Roma. Em todos estes grupos, as mulheres são mais vulneráveis ao risco de pobreza e exclusão social do que os homens.

Trata-se de objectivos difíceis de atingir, tendo em conta a grande heterogeneidade das regiões da UE, em relação ao tamanho geográfico e localização, nível de rendimentos e importância política. Os alargamentos da UE também contribuíram para esta realidade – entre as regiões dos actuais 27 Estados-Membros da UE, as disparidades são hoje duas vezes superiores às que existiam na UE a 15 Estados-Membros antes de 2004.

A prática actual da Política de Coesão, que atribui os fundos com base no PIB/per capita, beneficia mais as regiões com as maiores percentagens da população a viver em pobreza absoluta.

Alguns países parecem estar a sair-se bem, mas ainda existem franjas da população em elevado risco de pobreza. Nos países menos desenvolvidos, a pobreza tende a ser mais baixa na região da capital. Noutros países, a região da capital tem muitas vezes taxas de pobreza mais elevadas, já que os agregados mais prósperos saíram da cidade.

Os países da coesão menos desenvolvidos recebem a maior parte dos fundos da Política de Coesão e têm taxas, visivelmente muito mais elevadas, de pessoas com problemas materiais (um critério absoluto de pobreza que indica que as pessoas não dispõem de três ou mais dos nove equipamentos básicos).

A Política de Coesão também se dirige às concentrações de pessoas relativamente pobres em regiões de convergência de países mais desenvolvidos. A maior ajuda a regiões, tais como a Gales, no Reino Unido, partes da Valónia na



Bélgica e sul de Itália e de Espanha, mostra que parte dos fundos é investida no sentido de ajudar estas regiões a resolver a questão da pobreza.

O objectivo de competitividade regional e emprego aborda a questão de uma perspectiva diferente, e tem em conta as taxas de desemprego médias e o baixo sucesso escolar, ambas estreitamente relacionadas tanto com a pobreza relativa, como com a absoluta.

FEDER e FSE – a trabalhar de forma complementar

É importante investir nas infra-estruturas económicas e sociais necessárias, e permitir desta forma que as pessoas que vivem em comunidades em desvantagem possam aproveitar as oportunidades de formação e de emprego fora dessas comunidades. Os fundos do FEDER podem contribuir de forma decisiva para este objectivo, ao apoiarem desenvolvimentos que permitam às pessoas ter acesso a tais oportunidades.

Um dos principais objectivos é o apoio às empresas, em particular às pequenas e médias empresas e empresas recém-estabelecidas em áreas chave.

“Temos provas evidentes de que o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) levou ao aumento dos investimentos em empresas e em actividades de investigação e desenvolvimento. Por exemplo, o investimento em I&D na Turíngia, no leste da Alemanha, foi quase duas vezes e meia mais elevado nas empresas que receberam o apoio. O que significa que existe um verdadeiro efeito de alavanca”, explica Dirk Ahner, Director-geral da Política Regional.

Os investimentos do FEDER resultaram em melhores empregos e maior acesso à formação, e apoiaram:

- esquemas de criação de emprego locais, cujo objectivo é dar a pessoas com desvantagens oportunidades de emprego;
- a renovação e melhoria dos centros locais de formação/aprendizagem e competências electrónicas;
- a criação de interfaces de transportes seguros, de ligação de áreas com necessidades a áreas de oportunidades;
- investimentos para um maior acesso a serviços TIC no interior das comunidades.

Últimas estimativas ...
mostram que os fundos
da Política de Coesão ... estão
bem orientados.

Entre 2007-13, € 347 mil milhões, ou seja 35,7% do orçamento comunitário, serão investidos pela UE através dos instrumentos da Política de Coesão, nos programas de apoio ao crescimento regional e para promover a criação de empregos. O que significa que a Política de Coesão está a ajudar as pessoas a sair da pobreza.

O Fundo Social Europeu (FSE) apoia a integração sustentável de pessoas com desvantagens ou incapacidades no mercado de trabalho. As iniciativas tomadas para atingir este objectivo são, entre outras:

- aconselhamento e formação adaptados às necessidades específicas de pessoas com desvantagens ou incapacidades;
- promoção de formas de integração e entrada no mercado de trabalho, e criação de emprego para pessoas com desvantagens ou incapacidades na economia social;
- apoio ao empreendedorismo de pessoas com desvantagens ou incapacidades;
- campanhas de sensibilização para lutar contra a discriminação, mudança de atitudes e promoção da diversidade no local de trabalho.

O FEDER adapta-se às necessidades

Mas nem tudo são empregos. Em Maio de 2010, o FEDER foi alterado e passou também a apoiar os investimentos que limitem a segregação das comunidades marginalizadas que vivem em condições de alojamento pobres. As mudanças aos regulamentos foram feitas no sentido de aumentar a coesão económica e social. O âmbito de elegibilidade abrange agora a renovação e a mudança na utilização de edifícios existentes, propriedade das autoridades públicas, ou de entidades não-lucrativas, passando a servir para alojamento a baixo custo para agregados com rendimentos baixos ou pessoas com necessidades especiais. Também podem ser consideradas como despesas elegíveis as intervenções, de carácter limitado, para a substituição de alojamentos existentes, incluindo em habitações construídas recentemente.

E qual tem sido o efeito?

O FEDER e o Fundo de Coesão estão muito orientados para a promoção do desenvolvimento económico das regiões e Estados-Membros. Esta é uma forma importante de lutar contra a exclusão social – estimular assim a actividade económica que criará mais e melhores empregos.

As últimas avaliações provam que os fundos estão a ser bem-sucedidos em termos de promoção do crescimento e emprego. Dois modelos macroeconómicos diferentes concluem ambos que os fundos tiveram um efeito substancial no crescimento económico, em particular nas regiões de convergência, entre

2000 e 2008. Os Estados-Membros declararam a criação de aproximadamente 1 milhão de empregos graças ao apoio às empresas no período 2000-06.

Uma percentagem significativa dos recursos do FEDER é igualmente canalizada para a coesão social, territorial e ambiental. Os projectos que receberam apoio incluem a melhoria ou criação de vários tipos de infra-estruturas sociais, e a limpeza e renovação de zonas rurais, áreas no interior das cidades, antigas zonas industriais e monumentos históricos.

Os projectos deste tipo, incluindo os que têm como objectivo a melhoria dos serviços turísticos, consumiram quase um terço dos fundos do FEDER nas regiões de Objectivo 1 e 36% do total do Objectivo 2 em 2000-06, havendo percentagens idênticas de fundos para o período 2007-13.

As avaliações do período 2000-06 concluíram que os projectos de infra-estrutura ambiental obtiveram resultados tangíveis. Por exemplo, um número substancial de casas em regiões deprimidas em toda a UE foi ligado à rede de abastecimento de água potável, ou à rede de saneamento básico (14 milhões de pessoas ligadas a um melhor sistema de abastecimento de água; e outros 20 milhões servidas por projectos de tratamento de águas residuais).

Resultado? Vilas e aldeias por toda a Europa, incluindo zonas pós-industriais abandonadas, e interior de cidades deprimidas são hoje áreas atraentes nas quais se pode viver, que podem ser visitadas e onde se pode trabalhar.

As avaliações concluem que estes projectos melhoram indubitavelmente os padrões de vida e a qualidade de vida, bem como o equilíbrio territorial, ao encorajar mais pessoas a viver nos locais referidos e mais empresas a virem estabelecer-se, apesar de não existir uma série de indicadores comum, ou informações, que permitam quantificar tais efeitos.

A ALTA TECNOLOGIA CHEGA ÀS ZONAS RURAIS DE FRANÇA

A região da Auvergne, rural e isolada, é apesar disso a primeira em França a dispor de ligações internet de banda larga para toda a população, graças aos fundos do FEDER ao abrigo do objectivo de competitividade regional e emprego. Este projecto, vencedor do prémio RegioStars 2010, representa um desenvolvimento para a região, e serviu para atrair desde o seu lançamento jovens que vêm viver e se estabelecem hoje na zona.

Cecile Hesse e Gael Romier são dois jovens fotógrafos que criaram a sua empresa na Auvergne. Quando começaram, o envio de uma única imagem para um cliente chegava a demorar 20 minutos. O novo acesso de banda larga torna este processo instantâneo. "Este novo acesso permitiu-nos desenvolver o nosso negócio e, sobretudo, ficar na nossa região", diz Hesse.

A região foi revitalizada desde 2009, graças a uma série de iniciativas tais como a que foi lançada na escola primária de Mazayes, onde as crianças têm vindo a criar o seu próprio sítio Web. O Director da escola, Etienne Anquetil, não tem dúvidas de que tanto as crianças como os pais estão satisfeitos por ver a escola a modernizar-se tecnologicamente.

O efeito do acesso instantâneo e universal transformou todos os sectores – saúde, economia, educação e turismo, todos beneficiaram.

Banda larga na Auvergne, de 2006-09

Orçamento total: € 38 500 000

FEDER: 26%

René Souchon (à direita), Presidente do Conselho Regional da Auvergne, recebe o prémio RegioStars das mãos do Comissário Hahn



KARIMA DELLI

Eurodeputada



Karima Deli é membro do grupo dos Verdes/EFA, membro do Comité para o desenvolvimento regional, Vice-Presidente do Intergrupo URBAN e activista do colectivo Jeudi Noir.

O que espera que se possa atingir com o Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e Exclusão Social?

A UE não vai resolver as questões da pobreza e da exclusão social apenas num ano. Mas, após o fracasso da Estratégia de Lisboa, o objectivo deste Ano é dar visibilidade a estes 84 milhões de pessoas vítimas da crise, em particular aos “trabalhadores-pobres”, e aos que trabalham dia após dia para ajudar as pessoas excluídas e marginalizadas para que possam viver em dignidade. Em seguida, espero que sejamos capazes de combater a questão da pobreza convencendo a Comissão Europeia a apresentar uma proposta relativa a directivas quadro sobre o salário mínimo e sobre a luta contra a discriminação, defesa do acesso universal a serviços e reconhecimento do direito ao alojamento, em todos os Estados-Membros.

Como é que vê o seu papel no âmbito da luta contra a pobreza e exclusão social?

Como eurodeputados, penso que o nosso papel é dar voz aos que vivem em situação de pobreza e a todas as organizações que trabalham no âmbito da luta contra a pobreza e que são as que implementam as soluções na vida quotidiana. Tal como sempre digo, não devemos desenvolver políticas para as pessoas, mas com elas. Este Ano Europeu deve dar-nos a oportunidade para reunir as melhores práticas na luta contra a pobreza e exclusão social e mostrar que há esperança para os mais vulneráveis. Além disso, como ecologista, penso que precisamos de soar o alarme, não só relativamente às desigualdades sociais, mas também em relação às injustiças ambientais. Depois do fracasso das negociações em Copenhaga, os que pagarão o preço mais alto pelas alterações climáticas serão os mais pobres, a viver em piores condições de alojamento e mais precários.

De que forma é que as recentes mudanças nos regulamentos do FEDER, relativamente à habitação para as comunidades marginalizadas e promoção da construção de edifícios mais ecológicos, contribuem para a luta contra a pobreza e a exclusão social?

Este novo regulamento é o melhor exemplo do que estava a dizer relativamente à ligação entre a luta contra as alterações climáticas e a exclusão social. Representa um importante passo em frente em termos de melhoria das condições de vida das populações desfavorecidas, na medida em que torna elegíveis a fundos FEDER os projectos de renovação e construção de habitações e luta contra a pobreza, na vertente da eficiência energética, em todos os Estados-Membros. Esta proposta é esperada há muito por todos os que desenvolvem campanhas de luta pelo respeito dos direitos de integração das comunidades marginalizadas, em particular da comunidade Roma.

Mas não devemos parar numa altura em que estamos a avançar bem, como agora. Estaremos muito atentos em relação à utilização efectiva destes fundos, já que não devem resultar na exclusão das comunidades marginalizadas dos centros das cidades devido à especulação imobiliária através da subida em flecha das rendas e condomínios.

Devemos sim assegurar que todas as partes interessadas estejam envolvidas nos projectos de reabilitação, incluindo as autoridades públicas, os bancos de investimento público e as redes europeias, tal como o Pacto de Autarcas, para que todas as populações vulneráveis recebam, de facto, fundos suficientes e lhes seja concedida uma existência digna a longo prazo.

« um importante passo em frente em termos de melhoria das condições de vida das populações desfavorecidas... »



A exclusão também se sente nas áreas rurais

FINTAN FARRELL

Director da REAPN (Rede Europeia Anti-Pobreza)



Fintan Farrell foi designado Director da Rede Europeia Anti-Pobreza (REAPN) em 2002. Fintan tinha anteriormente sido Presidente da Rede entre 1996 e 2000. Foi igualmente Presidente da Plataforma Social e Presidente do Grupo de Contacto da Sociedade Civil da UE.

O que espera que se possa atingir com o Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e Exclusão Social?

O objectivo deste Ano Europeu é levar as pessoas a reflectir sobre o tipo de sociedade em que querem viver e deixar a mensagem de que sociedades mais iguais são melhores para todos. Este Ano Europeu acontece num momento de crise. E tudo leva a crer que os pobres são quem irá pagar o preço mais alto.

A pobreza e a exclusão social têm que ser claramente identificadas como desafios importantes que têm de ser resolvidos no âmbito da estratégia Europa 2020. Temos ainda que combater as causas da pobreza e deixar claro que a redução das desigualdades na riqueza através de mecanismos de redistribuição efectivos é um pré-requisito para podermos ter uma UE melhor e mais justa.

O Ano Europeu deve poder deixar um legado ao nível local e nacional através de um compromisso mais forte por parte das ONG na área da luta contra a pobreza, mas também através do apoio destas por parte das autoridades públicas.

Como é que vê o seu papel no âmbito da luta contra a pobreza e exclusão social?

A REAPN pretende defender os interesses das pessoas a viver em situação de pobreza, através da sua influência sobre as políticas e programas da UE. A Rede irá acompanhar a forma como os problemas de pobreza e exclusão social estão a ser resolvidos no âmbito da aplicação da estratégia Europa 2020 e da "Plataforma contra a pobreza". Irá igualmente avaliar a forma como as políticas de emprego contribuem para que sejam criados mercados de trabalho inclusivos, e de que maneira os Fundos Estruturais estão a ser usados no sentido de promover a agenda da inclusão. Para se poderem atingir estes objectivos, proporcionamos oportunidades para as ONG partilharem experiências sobre como estas políticas e programas estão a decorrer no terreno, e propomos novas áreas para a acção da UE. A participação directa das pessoas que vivem em situação de pobreza é fulcral para o trabalho contínuo da REAPN.

De que maneira é que a Política de Coesão contribui para se atingir o objectivo de se retirarem 20 milhões de pessoas da pobreza até 2020, graças à estratégia Europa 2020?

Para se atingir o objectivo de retirar 20 milhões de pessoas da pobreza até 2020, a Política de Coesão deve ser usada como instrumento transversal para assegurar a inclusão social. O FEDER e o FSE devem ser usados de maneira mais inovadora e complementar para poderem responder, de facto, às necessidades dos grupos mais vulneráveis e serem mais acessíveis às ONG sociais. Além disso, a REAPN gostaria que se passasse do actual modelo de crescimento e emprego, para um modelo que beneficiasse as pessoas vulneráveis através da inclusão activa, inovação social, criação de novos serviços sociais, e empregos no domínio da ecologia e tecnologias verdes disponíveis, para aqueles que estão mais afastados do mercado de trabalho.

Embora os Fundos Estruturais tenham um lugar cativo no âmbito da estratégia Europa 2020, todos os outros instrumentos financeiros da UE precisam de ser mobilizados para contribuir para o cumprimento do objectivo de redução da pobreza proposto e estabelecido na estratégia. Cada instrumento financeiro da UE devia incidir em três domínios chave: acesso dos cidadãos aos seus direitos, sobretudo em relação ao acesso a serviços de interesse geral de qualidade a preços moderados; inclusão social, com um enfoque no desenvolvimento de uma inclusão activa integrada; e a participação de actores chave.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO WEB:

<http://www.eapn.eu/index.php?lang=en>

« a Política de Coesão deve ser usada como instrumento transversal para assegurar a inclusão social. »



Iniciativa "Three Towns" – requalificação de certas partes de Yorkshire e Humberside no Reino Unido

PAUL BEVAN

Secretário-geral de EUROCIDADES



A EUROCIDADES é uma rede das principais cidades europeias. Criada em 1986, esta associação reúne 140 membros e representa no total 25% da população da UE. Paul Bevan foi nomeado Secretário-geral em Novembro de 2008 após uma carreira em que ocupou cargos governamentais importantes no Reino Unido, a nível local e regional.

O que espera que se possa atingir com o Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e Exclusão Social?

Este Ano Europeu deverá servir para consciencializar as pessoas para o facto de a luta contra a pobreza não ser apenas uma questão de altruísmo. Os cidadãos europeus são a nossa moeda mais valiosa – representam o nosso capital humano. A Estratégia Europa 2020 reconhece que não conseguiremos competir na economia mundial se não usarmos este potencial ao máximo. O investimento em competências, empregos de qualidade e na inclusão social representa um claro retorno económico, e contribui para melhorar a qualidade de vida dos nossos cidadãos.

Como é que vê o seu papel no âmbito da luta contra a pobreza e exclusão social?

A pobreza e a exclusão social são fenómenos predominantemente urbanos. Mesmo nas cidades europeias mais prósperas existem elevados níveis de carências, muitas vezes concentradas em determinados bairros. Por esta razão, a EUROCIDADES focalizou a sua campanha 2010 na sensibilização para a dimensão urbana da pobreza.

As autarquias das cidades estão bem posicionadas para gerir estes problemas ao adoptarem uma abordagem multidimensional. A educação e a formação, a procura de emprego, a assessoria a empresas, a criação de melhores habitações, melhores serviços de saúde, apoio social e à família, transportes públicos, maior respeito pelo ambiente, participação cívica – são todos domínios que precisam de ser organizados de forma integrada para se poder conseguir atingir uma mudança real e sustentável nas áreas com carências. Esta foi uma das principais conclusões dos seminários sobre o tema “Cidades contra a pobreza e a exclusão” que a EUROCIDADES organizou por toda a Europa.

Mas, na prática, a pobreza e a exclusão apresentam os maiores desafios para qualquer cidade. É necessária uma liderança política de alto nível para motivar os cidadãos, as ONG e as empresas, fazer a coordenação das diferentes agências e encontrar novas formas de trabalho, o que exige uma série de recursos. A EUROCIDADES não só promove a troca de experiências entre as cidades membros, como também luta para que sejam concedidos maiores poderes às autarquias, que poderão dessa forma lutar contra estes problemas complexos.

De que forma é que as cidades europeias podem usar a Política de Coesão para lutar contra a pobreza e a exclusão social?

O papel que a Política de Coesão europeia tem desempenhado tem sido muito importante, ajudando as cidades a explorar novas formas de combater estes desafios. As autarquias têm sido capazes de demonstrar que esta abordagem integrada é essencial para que se possam atingir os objectivos de forma sustentável. Os desafios que as cidades enfrentam são maiores do que nunca devido à crise económica actual.

Na Europa, três quartos das pessoas vivem em cidades e 85% do PIB da UE é gerado nas cidades, daí que a perspectiva de uma recuperação europeia sem cidades prósperas seja impensável. Quer vivamos numa cidade grande ou não, é de todo o nosso interesse que as cidades europeias continuem a atrair investimentos e a fomentar a inovação e a riqueza. A Política de Coesão tem a possibilidade de desempenhar um papel fundamental para se atingirem os objectivos da Estratégia Europa 2020, ao apoiar a reabilitação urbana contínua e a coesão social em toda a Europa.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO WEB:

<http://www.eurocities.eu/main.php>

Fundos regionais ajudam a financiar um curso de formação interativo de engenharia automóvel, em Malta



« O investimento em competências, empregos de qualidade e na inclusão social representa um claro retorno económico »

INCLUSÃO SOCIAL, A LUTA CONTRA A POBREZA

O Ano Europeu 2010 apresenta-se como uma oportunidade para criar a dinâmica, desenvolver novas parcerias e agir, numa altura em que se vive a pior crise social da nossa história. A existência de pobreza numa das regiões mais ricas do mundo é só por si muito grave. Apesar de um aumento geral dos padrões de vida nas últimas décadas, cerca de 84 milhões de europeus – 17% da população da UE – vive hoje abaixo do limiar da linha de pobreza.

Recurso a todas as soluções

Enfrentar este desafio exige uma abordagem integrada, incluindo a avaliação dos factores estruturais e individuais, a utilização de ferramentas mais variadas e a mobilização dos agentes regionais e nacionais. Esta abordagem multidimensional protagoniza as acções da UE. No decorrer dos anos, a “Europa Social” foi moldada graças a uma série de políticas e programas de apoio à criação de emprego e melhores condições de trabalho, mas também graças à promoção da formação e da coesão social e territorial e à luta contra a discriminação.

A UE não esteve parada à espera que 2010 chegasse para combater aquele que é o desafio da pobreza. Os Estados-Membros lançaram, no ano 2000, uma estratégia inovadora e comum para a coesão social, tendo definido planos nacionais e objectivos comuns, e aprendido com a troca de boas práticas em domínios cruciais, tais como a pobreza infantil, o rendimento mínimo e os sem-abrigo.

Novo impulso para travar esta batalha

No entanto, há ainda muito para fazer: o Ano Europeu 2010 tem como objectivo aproveitar os instrumentos existentes e criar a dinâmica necessária para que sejam tomadas medidas em toda a Europa. A campanha é composta por quatro objectivos que se inter-relacionam:

- Sensibilização do público, através da promoção de uma melhor compreensão da realidade actual da pobreza na UE, desafiando os estereótipos e realçando formas de lutar contra a pobreza.
- Divulgação da mensagem de que o combate contra a pobreza é do interesse e responsabilidade de todos, e incentivo ao empenho das entidades públicas e privadas.
- Apelo à participação de todos e criação de um novo ímpeto, do nível europeu ao nível local.
- Mobilização das pessoas que vivem em situação de pobreza e maior reconhecimento do seu direito de viver com dignidade.

No total, 29 países participam e estão a desenvolver programas nacionais em parceria com as partes interessadas (ONG, parceiros sociais, fundações, autoridades regionais e locais).

São esperadas mais de 1000 iniciativas por toda a Europa, desde conferências, cadeias de solidariedade e debates em escolas, a programas de formação para os media, peças de teatro interactivas e testes de novos projectos políticos.

A Comissão Europeia está a coordenar uma campanha europeia que se desenvolve em torno das ferramentas de informação (sítios Web, publicações, vídeos, etc...) e actividades chave: uma Art Initiative (que reúne estudantes de arte, ONG e pessoas pobres que vivem na Europa), um concurso para jornalistas de imprensa audiovisual e escrita, e uma “focus week” em meados de Outubro que inclui seminários e fóruns. A conferência de encerramento será organizada pela Presidência belga em Dezembro.

As ONG e outras partes interessadas envolvidas de forma activa nesta campanha estão a planear uma série de outras iniciativas, bem como outras instituições e organismos europeus: o Ano Europeu 2010 é um projecto conjunto, em que todas as partes têm um contributo para dar.

No entanto, o êxito do Ano Europeu 2010 também será avaliado com base na sua capacidade de influenciar a agenda política dos Estados-Membros e da cúpula da UE. Em Junho de 2010, o Conselho Europeu aprovou o objectivo de retirar 20 milhões de pessoas do risco de pobreza e exclusão, no âmbito da Estratégia Europa 2020. Este passo importante deverá ser acompanhado por medidas sustentáveis de longo prazo a todos os níveis.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO WEB:

<http://www.2010againstpoverity.eu/?langid=pt>



PÔR TERMO AO CICLO DA POBREZA

Pôr termo ao ciclo da pobreza

O Fundo Social Europeu investe em programas que ajudam as pessoas a encontrar trabalho e a sair da situação de pobreza. A UE concentrará esforços para reduzir a pobreza e dar às pessoas uma melhor oportunidade na vida, no âmbito da sua estratégia económica para os próximos 10 anos.

Apesar dos governos nacionais lançarem medidas específicas, tais como os regimes de rendimento mínimo, a pobreza e a exclusão social são problemas que continuam a assolar toda a Europa. A resolução destes problemas é uma parte essencial do compromisso da UE de querer construir uma sociedade próspera e inclusiva, em que os cidadãos têm o direito de viver com dignidade e participar activamente na vida da sociedade.

Melhores oportunidades de vida

A UE colocou a redução da pobreza na sua lista de prioridades, através da sua estratégia económica para os próximos 10 anos - Europa 2020. Um dos instrumentos mais importantes nesta batalha é o Fundo Social Europeu (FSE), cujo objectivo é poder influenciar de forma positiva as oportunidades de vida dos cidadãos.

É precisamente graças a este Fundo, que estão a ser ajudados 3500 desempregados Roma residentes em Trebišov, na Eslováquia. Trata-se de um projecto financiado pelo FSE que emprega trabalhadores Roma na renovação de uma escola local que acolherá mais de 600 alunos Roma. Este exemplo é um dos muitos que ilustra a maneira como o FSE está a ajudar os países da UE a dar de volta às pessoas a sua independência e dignidade.

Combate à pobreza e exclusão social

No decorrer do Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social serão lançadas iniciativas de sensibilização para uma realidade que, não só é prejudicial para a economia, como destrói também as vidas das pessoas. O FSE está a apoiar os Estados-Membros nos seus esforços para enfrentar este desafio. Pode concluir-se, por conseguinte, que é necessário que sejam tomadas medidas a todos os níveis, e o FSE continuará a desempenhar um papel essencial.

Os Roma não são os únicos marginalizados da sociedade, 84 milhões de pessoas correm o risco de serem socialmente excluídos na Europa. E talvez seja difícil de acreditar, mas um em cada seis europeus vive abaixo do limiar de pobreza. Cerca de sete milhões de pessoas na Europa sobrevivem com menos de € 5 por dia. Para combater este problema, está a ser investido um total de aproximadamente € 76 mil milhões (um sexto do orçamento afectado às iniciativas na área da inclusão social) em projectos cujos objectivos são:

- ajudar os desempregados a voltar ao mercado de trabalho dando-lhes as competências necessárias;
- combater a discriminação e permitir aos grupos vulneráveis entrar no mercado de trabalho e ser membros activos da sociedade;
- oferecer formação e educação a pessoas desfavorecidas para que adquiram qualificações e competências;
- encorajar os trabalhadores e as empresas a adaptarem-se às mudanças económicas;
- promover a formação de parcerias no sentido de serem criados melhores postos de trabalho e melhores empregos.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO WEB:

http://ec.europa.eu/employment_social/esf/index_pt.htm

« Cerca de sete milhões de pessoas na Europa sobrevivem com menos de € 5 por dia. »

A UE celebra o Dia Internacional dos Roma, 8 de Abril de 2010



INCLUSÃO SOCIAL E POLÍTICA DE COESÃO

– A PERSPECTIVA URBANA

A Política regional está a tentar resolver o problema das zonas urbanas deprimidas de uma forma directa. A segunda fase da iniciativa comunitária URBAN elegeu áreas que enfrentam uma série de desafios económicos e sociais, incluindo o desemprego (uma média de 17% em todos os projectos financiados pelo URBAN II) e um ambiente urbano pobre.

O URBAN II apoiou 70 programas em toda a UE-15, e incidiu sobre uma população total de 2.2 milhões de pessoas. A Política de Coesão contribuiu com € 754 milhões, de um total de aproximadamente € 1,6 mil milhões que envolveu projectos em que o financiamento dos países e regiões foi igual ao investimento da UE.

O QUE FOI FEITO?

- Mais de 108 000 pessoas formadas, mais de metade proveniente de grupos vulneráveis, tendo sido ajudadas a alfabetizar-se e a continuar a sua educação ou a entrar no mercado de trabalho pela primeira vez.
- Cerca de metade dos programas (8 dos 15 estudos de caso) tiveram impacto graças à criação de serviços e recursos adicionais ou novos. O URBAN II foi reconhecido como sendo essencial para a criação de melhores serviços sociais (por exemplo, através da construção ou renovação de centros sociais que prestam informação, aconselhamento e outros tipos de apoio aos habitantes).
- 247 Projectos de segurança no sentido de reduzir a taxa de criminalidade a nível local. Estes projectos incluíram a presença de mais guardas nas ruas, aplicação de videovigilância, melhoramento dos jardins públicos e iluminação de rua, e foram realizados em conjunto com grupos comunitários e grupos de vigilância de bairros.
- 593 Iniciativas para aumentar a capacidade das comunidades. Num dos casos (Burnley, no Reino Unido), estiveram envolvidas 134 pessoas nos trabalhos de gestão da comunidade.

Desenvolvimento local e parceria local

Uma conclusão impressionante da avaliação ex post do URBAN II é o facto do sucesso não ter dependido do assunto tratado ou de um instrumento em particular. Os projectos bem-sucedidos caracterizam-se pela liderança local e apropriação local. Estes projectos foram seleccionados com base nas impressões das necessidades locais, com o compromisso dos actores locais, e desenvolvidos em parcerias com actores locais. Os projectos que não tiveram êxito foram os, em geral, impostos por uma das partes, e que tiveram pouca apropriação das partes e envolvimento local.

Mais de 80% das parcerias locais caracterizam-se por terem sido inclusivas, terem envolvido uma série de actores, tais como grupos comunitários, o sector privado, agências de emprego, formadores, agências de desenvolvimento, forças policiais e profissionais da saúde. O sector do voluntariado geriu aproximadamente 10% dos projectos e participou na implementação de muitos mais, o que se traduziu por benefícios em termos de capacitação dos parceiros locais, relativamente a outros projectos, no decorrer do tempo.

De referir que a União Europeia desempenhou um papel na questão da capacitação, através da rede URBACT, que serviu para trocas de experiências.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO WEB:

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/expost_reaction_en.htm

URBAN II – desafios e soluções

Todos os programas incidiram em áreas afectadas por problemas económicos, sociais e físicos importantes. Apesar de todos estarem inscritos em contextos locais diferentes, e entre eles representarem uma série de desafios, muitos deles incidiram sobre os sintomas da desindustrialização (terrenos livres, alta taxa de desemprego, fraco crescimento empresarial e os problemas sociais daí resultantes).

Os programas tiveram como objectivo enfrentar todos estes desafios de uma forma integrada e holística. No entanto, os programas podem ser agrupados em dois grandes clusters:

- um grupo de regeneração económica e social, que consistiu em 40 programas concentrados em particular num ou (habitualmente) em ambos estes temas, com pequenos investimentos em infra-estrutura física;
- um grupo de regeneração física que consistiu em 30 programas concentrados em particular neste tema, com pequenos investimentos em projectos de regeneração económica e social.

Regeneração física – o URBAN II ajudou a inverter o declínio urbano, a criar interfaces de transporte e novas instalações de transporte, a desenvolver novas instalações comunitárias (museus, bibliotecas e creches) e a melhorar os espaços públicos. Estas zonas ficaram mais atractivas, graças a grande parte das mudanças.

Regeneração económica – os projectos impulsionaram o empreendedorismo e apoiaram a criação e o crescimento de empresas e o desenvolvimento (em pequena escala) de zonas industriais. Outro aspecto chave do URBAN II foi a apoio dado no sentido de ajudar as pessoas a encontrar um emprego.

Regeneração social – os projectos ajudaram a reduzir a taxa de criminalidade, melhorar o desempenho educacional, melhorar as competências das pessoas e apoiar grupos desfavorecidos (em especial de jovens) de várias maneiras.

A exclusão social foi um factor chave que afectou as vidas e as oportunidades de vários grupos demográficos importantes, na maioria das áreas programáticas do URBAN II. Mulheres, jovens e idosos, habitantes de grupos étnicos minoritários, pessoas à procura de asilo e refugiados, todos viveram alguma experiência em termos de exclusão social ou desvantagem.

Um instrumento de luta contra a exclusão

A avaliação ex post concluiu que a maioria dos programas URBAN II apoiou projectos no âmbito da luta contra o desemprego e falta de oportunidades de emprego. Este problema foi abordado de forma directa, através do investimento em projectos de formação, desenvolvimento dos trabalhadores, educação e melhoria das competências, já que grande parte das áreas em questão tinham elevados níveis de desemprego.

Aproximadamente metade dos programas apoiou projectos no domínio da resolução da criminalidade, tendo um número significativo sido no domínio da droga e das intervenções, com uma ênfase no comportamento anti-social.

Cerca de um terço dos programas incluiu projectos de capacitação e reforço do sector do voluntariado e comunitário. Os projectos apoiaram estas organizações para que pudessem crescer, desenvolver-se e tornar-se mais fortes e sustentáveis, e pudessem, de facto, dar o apoio às comunidades locais.

Muitos projectos incidiram em grupos específicos de comunidades desfavorecidas. Refira-se aqui o caso das mulheres, dos grupos étnicos minoritários e (em menor escala) dos jovens. Os projectos parecem terem dado prioridade àqueles a quem é mais difícil chegar nas comunidades em questão.

COMO É QUE FUNCIONA – DORTMUND

Os principais desafios foram a elevada taxa de desemprego (em especial dos jovens e emigrantes), a pobreza e o risco de exclusão, os baixos níveis de sucesso escolar, uma economia desequilibrada, as condições de vida abaixo dos padrões normais e uma má imagem no exterior. A área alvo caracterizava-se por uma taxa de rotatividade da população muito alta, em que os habitantes mais bem-sucedidos saíam e eram substituídos por grupos mais desfavorecidos.

A maioria dos recursos foi concentrada na promoção do empreendedorismo, no emprego (42%) e nas medidas físicas e ambientais (33%), tendo 15% sido dedicados a projectos de inclusão social. As principais prioridades foram a criação e preservação de empregos; a melhoria do tecido urbano e habitacional; o desenvolvimento de estruturas para os habitantes no domínio do comércio, alojamento e cultura; e a promoção da coesão social.

A lógica do programa era sólida e teve uma ligação estreita com os problemas sublinhados na análise inicial e a estratégia desenvolvida. O estudo sobre os pontos fortes e pontos fracos foi complementado por uma consulta intensiva dos parceiros locais e habitantes, e permitiu fazer com que o programa reflectisse claramente as necessidades e as condições locais.



A INCLUSÃO SOCIAL DAS MINORIAS ÉTNICAS



A SITUAÇÃO DOS ROMA

A Política de Coesão tem um papel importante a desempenhar na melhoria das condições de vida e integração dos grupos minoritários. A Política apoia uma série de políticas anti-discriminatórias e de inclusão, bem como de financiamento específico. A comunidade Roma, particularmente vulnerável, é alvo de atenção particular: foram recentemente tomadas medidas no sentido de facilitar o seu acesso ao alojamento, educação e capital para lançamento de empresas, bem como uma campanha de informação.

Por toda a Europa, a comunidade Roma é marginalizada, é excluída pela sociedade e é vítima de racismo. Estudos demonstram que os problemas que a comunidade enfrenta vão desde a falta de gozo dos seus direitos, tal como o acesso aos serviços básicos e emprego, a uma incidência muito elevada de violência fomentada pelo preconceito racial.

O que está em jogo?

No início deste ano, a Comissão publicou uma comunicação intitulada “A integração económica e social dos Roma na Europa” que dá o mote para as acções futuras. Ao mesmo tempo que declara que a situação dos Roma na Europa exige medidas urgentes, apela também a uma “integração económica e social completa”.

O documento demonstra que existe um empenho claro na questão da inclusão dos Roma e esclarece que, apesar dos progressos realizados nestes dois últimos anos em que foi dada à questão dos Roma uma maior relevância aquando das tomadas de decisão, os instrumentos existentes têm que funcionar de forma mais efectiva e integrada para que esse objectivo possa ser atingido.

A comunicação define uma série de medidas concretas para a inclusão dos Roma. As medidas incluem uma utilização específica dos Fundos Estruturais e a inclusão estratégica das questões relacionadas com os Roma no quadro da Política de Coesão.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO WEB:

COMUNICAÇÃO SOBRE OS ROMA

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:2010DC0133:EN:HTML>

Habitação – ajudar os Roma a beneficiar de um espectro de fundos mais alargado

A melhoria das condições da habitação é um dos elementos chave das medidas tomadas a favor das comunidades Roma. As conclusões da Agência dos Direitos Fundamentais da UE mostram que muitos vivem em barracas e caravanas sobrelotadas, em áreas segregadas, com um acesso limitado à água, electricidade e recolha de lixo, e enfrentam não só problemas de saúde, devido às fracas condições de higiene, como também o risco constante de serem expulsos à força.

Um novo regulamento vem dar esperança de que esta situação possa ser invertida, graças à correcção das disparidades entre as oportunidades de financiamento existentes do FEDER, e as condições de vida específicas das comunidades Roma. O regulamento passa a permitir que os fundos possam ser usados no domínio da habitação para os Roma em todos os Estados-Membros e, além disso, as áreas rurais também passarão a ser elegíveis ao financiamento. Os fundos estarão disponíveis e servirão para a construção de novas casas, mas igualmente para a renovação das já existentes.

Projecto-piloto no âmbito da inclusão dos Roma: uma abordagem de integração polivalente

Apesar de a habitação ser um aspecto importante da integração dos Roma, também é necessário avançar para outros níveis e conseguir, dessa forma, uma integração completa. A DG Política Regional lançou um projecto-piloto que abrange vários domínios de preocupação:

- A educação e os cuidados das crianças desde muito cedo são promovidos através do projecto “Good Star”, de promoção da melhoria do acesso à educação e aos serviços para as crianças Roma até aos seis anos de idade.
- Projecto de apoio ao microcrédito – especialmente orientado para as mulheres – para acompanhar projectos de criação de empresas e aumentar, desta forma, o número de trabalhadores por conta própria.
- Foram lançadas em Itália, na Roménia, Albânia e Bulgária, campanhas anti-racismo, que contam com a participação de celebridades, sobretudo em eventos desportivos, no sentido de sensibilizar o público para as questões relativas aos Roma.

Os Roma são a maior minoria étnica da União Europeia, sendo cerca de 10 a 12 milhões a viver nos Estados-Membros.

FUNDOS DA CE PARA PROJECTOS SELECIONADOS:

Educação e cuidados das crianças desde muito cedo (Fundo de Educação dos Roma): € 1,9 milhões

Trabalhadores por conta própria e microcrédito (Fundação Polgar): € 1,9 milhões

Informação e sensibilização (Fundação Internacional Spolu): € 0,9 milhões

A UNIÃO EUROPEIA E OS ROMA, PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO WEB:

<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=518&langId=pt>
http://ec.europa.eu/regional_policy/themes/employment/index_pt.htm



FUNDO REGIONAIS AJUDAM IMIGRANTES A CRIAR O SEU NEGÓCIO

Biscoitos árabes, massagens tailandesas, sushi,... empreendimentos diferentes com um elemento em comum – empreendedorismo feminino. O Instituto de microcrédito do sudeste da Suécia, que venceu o prémio RegioStars deste ano, está a apoiar mulheres vindas do estrangeiro a lançarem a sua própria empresa e a contribuir para os objectivos da UE de competitividade regional e emprego.

“Este é o momento ideal. Se tem ideias. Quer gerir a sua própria empresa.” É desta forma que o sítio Web incita as mulheres que estão excluídas dos sistemas de microcrédito a desenvolverem a sua própria empresa. Na maioria dos casos, estas mulheres, que estão no desemprego, podem beneficiar de um apoio até € 26 000. Além disso, têm direito a um apoio consoante as suas necessidades em cada fase do lançamento da empresa.

Motores de crescimento

Transformar o papel das mulheres que até há pouco tempo dependiam da segurança social, em motores do crescimento regional, é um dos aspectos altamente positivos do Instituto, que abriu as suas portas em 11 de Setembro de 2009. Das 80 mulheres que aceitaram o desafio, 15 já lançaram a sua própria microempresa, criando dessa forma, 20 postos de trabalho.

Formadores qualificados em empresas ajudam estas mulheres, cuja possibilidade de entrar no mercado de trabalho era muito reduzida. Criam relações pessoais com estas mulheres, motivam-nas e inculcem-lhes um sentido de “serem elas próprias capazes de fazer”. As ideias são promovidas e crescem transformando-se em planos de negócios viáveis. E o apoio continua mesmo depois da fase de lançamento, para assegurar não só a sobrevivência destas empresas, mas também a sua estabilidade e expansão.

O investimento é possibilitado através do Sormlands Savings Bank, JAK Members Bank e do Ekobanken, e abrange quatro condados, Sodermanland, Ostergötland, Vastara Gotaland e Estocolmo, num período de três anos.

O Instituto de Microfinanças (MFI) recebeu € 340 000 do FEDER para um período de três anos.

ABRIR AS PORTAS

Para aquelas mulheres que não têm conhecimentos de rede, um historial de microcrédito ou a experiência de gerir uma empresa, um pequeno empréstimo pode representar o despoletar necessário para que uma ideia se torne numa realidade. E foi precisamente isso que aconteceu a Kholoud Yamani. De origem jordana, a Sra. Yamani só chegou à Suécia em 2003. E, apesar, da sua licenciatura em física e dos seus 14 anos de experiência nas Nações Unidas, foi incapaz de ultrapassar os obstáculos e criar uma pequena empresa na Suécia.

As pessoas que não falam sueco fluentemente e estão dependentes dos serviços sociais, não têm acesso aos mercados financeiros na Suécia. Sem saber por onde começar, a Sra. Yamani lutou até que os responsáveis da assembleia do condado lhe recomendaram que entrasse em contacto com o MFI.

Logo a partir da primeira entrevista, tudo mudou. As portas abriram-se. O JAK Members Bank concedeu-lhe um empréstimo de € 10 000. E com este montante, a Sra. Yamani comprou o equipamento necessário e começou a procurar clientes. A Sra. Yamani vende hoje biscoitos que faz com base em receitas do seu país natal, a Jordânia, usando tâmaras secas. O maior desenvolvimento para ela foi quando lhe perguntaram se podia duplicar a produção e vender os seus biscoitos num dos maiores supermercados da Suécia. A produção passou de 200 para 700 biscoitos por dia.

Com um plano de acompanhamento de três anos, a Sra. Yamani ainda recebe apoio do MFI, que a ajuda a resolver todo o tipo de questões jurídicas e financeiras. A expansão também foi possível e a empresa fornece hoje igualmente serviços de limpeza.

Histórias semelhantes contam Thitapha Ekberg, uma senhora tailandesa que abriu uma sala de massagens, e Wannamon Lofgren que abriu o primeiro restaurante de sushi do centro de Katrineholm.

PARA SABER MAIS SOBRE ESTE PROJECTO, VISITE O SÍTIO WEB:

<http://www.mikrofinansiering.se/>



NOVOS INSTRUMENTOS DA UE PARA RESPONDER ÀS NECESSIDADES DE MICROCRÉDITO

Várias instituições da UE reuniram esforços para colmatar o fosso em termos de microcrédito, para empreendedores sem hipóteses de receberem empréstimos.

Muitos dos que gostariam de lançar uma empresa, ou expandir uma já existente, não conseguem apresentar garantias suficientes para poderem beneficiar de um empréstimo bancário tradicional. O resultado é uma procura de fundos de curto prazo sob a forma de microcrédito – empréstimos até € 25 000 – que se estima que seja hoje de 700 000 novos empréstimos num valor de aproximadamente € 6.3 mil milhões.

Apresentação de JASMINE...

A resposta da DG Política Regional a estas necessidades é um novo instrumento denominado JASMINE (Acção conjunta para apoiar instituições de microcrédito na Europa). Criado em conjunto com o grupo do Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Parlamento Europeu, este instrumento prevê o financiamento e assistência técnica para instituições de microcrédito não bancárias (IMC). Através da sua multiplicação e desenvolvimento da capacidade e credibilidade das instituições existentes, mais empresários terão acesso a empréstimos que lhes permitirão transformar as suas ideias em empresas viáveis.

O primeiro investimento foi assinado no quadro do JASMINE em Setembro de 2009. O fundo CoopEst, baseado na Bélgica, que concede microcréditos a IMC na Europa Central e de Leste, recebeu empréstimos na ordem dos € 1.8 milhões.

“Em vez de criar concorrência desnecessária entre as inúmeras instituições bancárias que fornecem microcréditos, estamos a tentar conseguir sinergias e a preencher as necessidades onde os bancos não podem intervir, devido aos elevados custos envolvidos no acompanhamento dos micro-empresários” explica Phillipe Delvaux, coordenador da iniciativa JASMINE na DG Política Regional. “É importante sublinhar que a nossa iniciativa [...] é seguida com interesse pelo sector bancário.”

A nova iniciativa, que complementa a oferta de microcrédito através do instrumento JEREMIE (Recursos europeus conjuntos destinados às empresas de micro a média dimensão), inclui uma fase-piloto que envolve um número limitado de IMC. Numa primeira fase, a equipa JASMINE que foi criada no interior do Fundo Europeu de Investimento, seleccionou 15 instituições com vontade de aumentar ou expandir os seus serviços; em 2011, cerca do dobro desse número beneficiará de assistência técnica, no seguimento de uma segunda ronda para apresentação de pedidos, que será lançada pelo FEI no último trimestre deste ano.

As IMC seleccionadas recebem uma formação específica no seguimento de uma avaliação feita por uma agência de notação especializada, que incide em quatro áreas: governação, gestão financeira, qualidade do sistema de informação e gestão de risco. As IMC beneficiam ainda de serviços de apoio a empresas, tal como uma base de dados em linha, assessoria sobre boas práticas e acesso a uma caixa de correio que contém respostas a questões sobre a iniciativa JASMINE e o microcrédito. Actualmente está a ser elaborado um código de conduta voluntário para as IMC. “Apesar de não ser obrigatório, gostaríamos que este código se tornasse um manual de referência para as IMC”, diz Delvaux.

Foram já reservados fundos na ordem dos € 55 milhões para a fase-piloto, provenientes de várias fontes.

...e de PROGRESS

Trata-se de um instrumento com funções complementares que está actualmente a ser elaborado. O Instrumento de Microfinanciamento Europeu, lançado pela DG Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades da Comissão Europeia, que irá complementar a iniciativa JASMINE, graças ao aumento da oferta de empréstimos para pessoas desempregadas que queiram lançar o seu próprio negócio, pessoas em risco de perder o seu emprego ou grupos vulneráveis.

Uma primeira dotação estará disponível para os intermediários financeiros que poderão conceder empréstimos a um maior número de pessoas, mas no futuro surgirão outros produtos financeiros. Contrariamente ao JASMINE, o PROGRESS está aberto a bancos, bem como a instituições não bancárias

O PROGRESS tem uma dotação de € 100 milhões para o período 2010-13 e é esperado que alavanque múltiplos factores. Este instrumento deverá estar operacional até ao final de 2010.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO WEB:

<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=836&langId=pt>

http://ec.europa.eu/regional_policy/funds/2007/jjj/micro_en.htm



A NECESSIDADE DE CUIDADOS NA COMUNIDADE



Utilização dos fundos regionais para formar profissionais de apoio a idosos em Espanha

Mais de um milhão de crianças e adultos, em toda a Europa, vive em residências de longa duração. Este número aumentará com o envelhecimento da população, apesar de muitos especialistas acreditarem que as estadias prolongadas em instituições são prejudiciais para as pessoas. Daí a orientação das políticas para a “desinstitucionalização” e para o aumento dos cuidados prestados no interior da própria comunidade, tal como recomendado pela Comissão Europeia e em breve apoiado pelos Fundos Estruturais da UE.

Os académicos e os profissionais afirmam que as pessoas que vivem em instituições, durante longos períodos de tempo, podem sofrer danos sociais e psicológicos – mesmo em instituições bem apetrechadas financeiramente e com uma boa gestão. Os bebés institucionalizados são uma preocupação particular, precisamente por poderem correr o risco de desenvolver um cérebro diminuído e ter um crescimento físico atrofiado.

Uma das soluções é permitir às pessoas, colocadas em geral em instituições, gozar de uma vida dita “normal” na comunidade, com a assistência de serviços específicos. Esta é a recomendação de inúmeros organismos internacionais e ONG. É também a ideia da Comissão Europeia, que abordou em Setembro de 2009 a complexa questão da reforma dos cuidados institucionais num relatório de peritos.

A UE pronta para financiar a desinstitucionalização

O Relatório Spidla, assim chamado por ter sido encomendado pelo antigo Comissário checo para os Assuntos Sociais da UE,

A GRÉCIA LEVA A CABO UMA REFORMA DOS CUIDADOS PSIQUIÁTRICOS

Até aos anos 80, o sistema de saúde mental da Grécia era institucional, centralizado e tinha uma escassez de cuidados primários e de instalações de reabilitação. Os cuidados eram prestados, sobretudo pelos hospitais psiquiátricos, onde se encontravam mais de 9000 pessoas com doenças do foro psiquiátrico. Mas estas instituições não foram capazes de prestar os cuidados modernos de que as pessoas necessitavam, tal como foi sublinhado por um grupo de peritos internacionais.

O Governo grego lançou uma reforma do seu sistema de cuidados psiquiátricos, no seguimento do Regulamento CEE n.º 815/84. Os objectivos desta reforma incluíram a desinstitucionalização, a criação de um novo sistema de cuidados comunitários e mais formação para o pessoal da área da psiquiatria. Desde então foram encerrados quatro hospitais psiquiátricos e construídas novas residências para acolher as pessoas. Mas a falta de fundos, o pessoal desmoralizado, entre outros problemas que afectam o sector dos cuidados psiquiátricos, ameaçam a reforma a longo prazo.

inclui oito recomendações para a Comissão Europeia e os Estados-Membros sobre a melhor maneira de realizar o processo de desinstitucionalização. O Relatório recomenda claramente que os Fundos Estruturais devem dar prioridade aos investimentos em serviços prestados no interior da comunidade, em vez de o serem no interior das instituições. A Comissão está agora a debater as implicações deste Relatório.

Quem participa?

A Bulgária está a desinstitucionalizar o sistema de cuidados para órfãos, sem esperar que a política da UE se cristalize nesta questão. Em 2009, sete ministros reuniram esforços para coordenar um novo grupo de cuidados para crianças. Em Fevereiro passado, o país lançou uma estratégia na área dos cuidados para crianças, concentrada na desinstitucionalização.

O objectivo é criar serviços e instalações no interior da comunidade para cerca de 7000 crianças e jovens, tal como centros de cuidados de dia, para crianças com deficiência, com base num novo Plano de Acção nacional de 10 anos. Os fundos nacionais já estão a ser investidos nesse sentido, mas a UE comprometeu-se igualmente a financiar o programa durante vários anos, graças a € 25 milhões do FEDER e € 14 milhões do FSE e, dessa forma, impulsionar o processo.

A Bulgária sente-se preparada para este enorme trabalho, tirando partido da experiência da Roménia na desinstitucionalização, que reduziu o número de crianças a viver em instituições em mais de 90% no espaço de duas décadas. “Está em jogo a qualidade de vida de alguns dos nossos cidadãos mais fragilizados, não podemos, por conseguinte, falhar”, afirma Nadia Shabani, Directora da Agência de Protecção das Crianças da Bulgária, a principal impulsionadora técnica do processo.

PARA SABER MAIS SOBRE O RELATÓRIO SPIDLA, VISITE O SÍTIOS WEB:
<http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=3992&langId=en>

INVESTIMENTO NA JUVENTUDE A NÍVEL

TRANSFRONTEIRIÇO

Aos jovens de bairros desfavorecidos de Medway, no sudeste de Inglaterra, e Dunquerque, no norte de França, está a ser dada a oportunidade de poderem melhorar a sua qualidade de vida e aumentarem as suas possibilidades de encontrar um emprego através do projecto Acces.

O projecto Acces tem uma duração de 36 meses e termina em Novembro de 2011. O projecto recebeu € 509 947.33 do FEDER, o que representa 50% de um orçamento total de € 1 019 912.60.

Dar as habilitações necessárias aos jovens foi o objectivo estabelecido pelo Conselho de Medway e pela Comunidade Urbana de Dunquerque quando lançaram o Acces em 2007. A promoção da reabilitação urbana e o contacto intergeracional são as formas que o projecto tentou criar, no sentido de estabelecer um ambiente de confiança mútua e esperança no interior destas duas comunidades.

Os bairros desfavorecidos em questão são o Medway, mas sobretudo a zona de White Road e Wayfield, onde vivem inúmeros jovens Não Instruídos, Empregados ou Formados (*Not in Education, Employment or Training (NEETs)*). O equivalente em França, em tendência crescente, é conhecida como JAMOs, "Jovens com menos oportunidades" (*Jeunes À Moindres Opportunités*). Permitir que estes jovens tenham uma maior possibilidade de poderem ter uma voz mais forte sobre o que se passa nos seus bairros, irá desenvolver neles um sentido de apropriação e, mais importante ainda, um sentido de orgulho.

Aprender a viver

O programa inclui aulas sobre os diferentes aspectos do desenvolvimento comunitário e da cidadania. Os temas abordados são, entre outros, os seguintes: cozinha caseira; o essencial sobre a electricidade; informática; o código da estrada; corrida de orientação e conhecimentos sobre como ir para o estrangeiro; e desenvolvimento comunitário.

Além disso, e graças às aulas de francês/inglês falado, os jovens serão capazes de criar laços com os jovens do outro lado do Canal, aprender mais sobre eles e sobre a sua cultura. Os jovens irão ainda produzir um vídeo em conjunto para registar as suas actividades.

Planear o futuro

O desenvolvimento profissional também é um objectivo prioritário do projecto Acces, em especial neste período até aos Jogos Olímpicos de 2012. O enfileiramento dos atletas, primeiros socorros e gestão de eventos serão ensinados a estes jovens, colocando-os numa boa posição para poderem vir a usar as suas competências organizacionais e linguísticas durante os Jogos.

Paternidade com experiência

Nunca é fácil criar uma família, mas quando se é jovem e de origem desfavorecida, é ainda mais difícil. Esta é a razão pela qual pais com experiência foram convidados para fazer parte do projecto e partilhar com os jovens pais o que para eles funciona. Os pais jovens e com experiência são encorajados a reunir regularmente e, através da combinação dos seus conhecimentos, a criar folhetos de informação e vídeos para que possam ser passados a outros.

Criatividade sem fronteiras

Tal como o desporto, as artes também possuem um grande potencial para reunir pessoas, independentemente da sua origem social, idade ou cultura. Os jovens estão a produzir várias actuações, com a ajuda de profissionais, no sentido de revitalizar as redes sociais e gerar maior interesse relativamente às artes.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍLIO WEB:

<http://www.acces2seas.eu>

Um participante de 22 anos diz:

« Graças ao curso, disponho agora de competências de grande valor na área da arte e design, e aprendi, por exemplo, a fazer uma caixa de museu! Também participei em muitas outras actividades, no domínio da assistência informática, diplomacia, e ainda a correr e a tocar bateria. Tem sido fantástico e até me deu vontade de estar no centro das atenções! Comecei porque queria ajudar como voluntário, mas acabei por me tornar um participante. »



Culturas e gerações unidas graças às artes representativas

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA – UMA JANELA PARA O FUTURO

Quando a iniciativa Langas į ateitį foi lançada em 2002, apenas uma pequena parcela da Lituânia dispunha de internet, 11% para ser mais exacto. E os conhecimentos de informática eram também escassos, o que não é surpreendente. No entanto, desde essa altura, a cobertura de internet cresceu e com ela o número de pessoas com conhecimentos de informática. Graças aos fundos de empresas privadas (os fundadores de Langas į ateitį), bem como do Fundo Social Europeu, a iniciativa Langas į ateitį avançou muito, colmatando o fosso digital que existia na Lituânia.

Desde 2002, mais de 75 000 lituanos receberam formação no domínio da informática graças a cursos gratuitos. Um dos cursos mais importantes foi o “Informática de base para o cidadão-e lituano”, que decorreu entre 2006 e 2008. Idosos, pessoas portadoras de deficiência e todos os que vivem em zonas remotas também beneficiaram, tendo mais de 50 000 adultos no final completado cursos no domínio das TIC.

O projecto sobre conhecimentos de informática recebeu € 2 milhões do Fundo Social Europeu

Acesso universal, interesse universal

“Estou satisfeita por descobrir informação e alargar os meus conhecimentos. Aprecio sobretudo as aulas de poesia que encontrei em linha. Encontro de tudo, inclusive flores”, diz Ina Laurinaityte, uma lituana reformada, que mostra na realidade a sua capacidade para adaptar as competências aos interesses.

Este exemplo, juntamente com muitos outros, só foi possível de concretizar graças às actividades da aliança Langas į ateitį que foram lançadas por empresas socialmente responsáveis, bancos e empresas de telecomunicações e TI. E, apesar de algumas pessoas estarem a usar a internet apenas como divertimento, outras estão a demonstrar o impacto positivo que a internet pode ter nas suas empresas.

Com esta iniciativa pretendia-se estimular o crescimento económico e melhorar o padrão de vida existente na Lituânia, bem como impulsionar a competitividade na Europa e mais além.

Vontade de aprender

O primeiro passo do projecto Langas į ateitį foi a criação de pontos gratuitos de acesso à internet. Graças à cooperação com o Ministério do Interior foram estabelecidos 800 pontos de acesso que estiveram



abertos até 2008. Este desenvolvimento tem ajudado os habitantes a se apropriarem da ideia, em especial os que vivem em zonas mais remotas. Graças à cooperação com os municípios locais, o projecto pôde instalar pontos de acesso em bibliotecas, postos do correio, escolas, hospitais e gabinetes dos governos locais. Cada ponto de acesso foi equipado com dois a cinco computadores.

Durante o período de implementação deste projecto, entre Março de 2006 e Agosto de 2008, foram organizados cursos especiais de base de informática e utilização da internet em cada um dos 60 municípios da Lituânia. Dando a possibilidade a 50 400 pessoas, a partir dos 16 anos, de aumentar exponencialmente os seus conhecimentos no domínio da TI e, consequentemente, a sua empregabilidade. A maioria destas pessoas eram mulheres.

Com a chegada ao fim do projecto “Informática de base para o cidadão-e lituano”, ficou patente que muitos participantes queriam aumentar ainda mais as suas recém-adquiridas competências. E foi assim que, com a ajuda do “Programa de Potencial Ilimitado da Microsoft”, o projecto pôde prosseguir, criando um esquema de aprendizagem à distância intitulado “Formas modernas de adquirir conhecimentos no domínio das TIC”. Este esquema é composto por quatro cursos de e-learning em linha de desenvolvimento dos conhecimentos de informática. Desde 2008, já se inscreveram num destes cursos em linha cerca de 8000 pessoas.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO WEB:
<http://www.langasiateiti.lt/index.php/en>

“Depois do programa de informática e da expansão da rede da internet, qualquer pessoa passou a desenvolver contactos sem ter que sair de casa, ler jornais em linha, carregar informação, fazer pagamentos e estar em contacto com os serviços locais”, diz Zigmantas Janciauskis da associação lituana de pessoas com incapacidade.

ROBOTDALEN – ASSISTÊNCIA INTELIGENTE PARA UMA VIDA INDEPENDENTE

Os autómatos invocam imagens de máquinas impessoais e futurísticas. Mas muitos dos que estão a ser testados ou desenvolvidos na região centro da Suécia, no “Robot Valley” (RobotDalen) mudarão para sempre a ideia que as pessoas têm deles. Os novos autómatos na área dos cuidados de saúde e tecnologia de assistência podem melhorar a qualidade de vida dos idosos e das pessoas com incapacidade – uma população cada vez maior, que acaba por ficar frequentemente à margem da sociedade.

O “Robot Valley”, que se estende por uma área de mais de 100 km, é um centro de robótica líder na Europa e reúne investigadores, responsáveis pelo desenvolvimento, fabricantes e académicos. O Vale é especializado em robótica para a indústria, logística, e cuidados de saúde e é apoiado pela agência governamental Vinnova, para além de várias autoridades suecas, universidades e pelo sector privado.

O projecto principal estará a funcionar até 2013 e recebe fundos adicionais do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, com vista à criação de, pelo menos, cinco novos produtos e cinco operações ou empresas durante o período de financiamento que termina em 2010. O projecto já contribuiu para o estabelecimento de cerca de 150 pequenas empresas na região o que beneficia as áreas da robótica e da automação. O financiamento da UE ajudou igualmente a melhorar a imagem do Robot Valley e a estabelecer relações com clusters semelhantes na Europa.

Ao reunir fabricantes de equipamento de robótica nacionais e internacionais, o projecto tem a possibilidade de trabalhar de perto com os utilizadores finais, tal como hospitais, para testar os novos desenvolvimentos. O projecto já cumpriu mais de metade do objectivo inicial de criação de 30 novas operações ou empresas no domínio da robótica e 30 novos produtos.

Robótica para a área da saúde

Alguns dos últimos autómatos, concebidos no âmbito do projecto, foram desenhados para assegurar uma boa qualidade de vida para os idosos e pessoas com incapacidade, ao permitir que estejam socialmente ligados a outras pessoas e que possam viver e/ou tenham a possibilidade de viver de forma independente nas suas respectivas casas. “Quando nos referimos à saúde, vemos o nosso trabalho em termos humanos, mais do que autómatos”, afirma Erik Lundqvist, Director-geral, Robot Valley.

De acordo com a Associação Japonesa de Autómatos (JARA), os “autómatos de serviço” (que incluem autómatos para aplicações pessoais, médicas e de saúde) podem representar um mercado mundial com um valor estimado de € 24.35 mil milhões até 2020, uma cifra quase duas vezes maior ao que vale

ALGUNS EXEMPLOS DE ROBÓTICA INOVADORA

“Bestic”, que foi lançado no ano passado, é um autómato que ajuda as pessoas com movimento limitado do braço a comer. O braço automatizado em cima de mesa compacta tem uma colher ou pinças na extremidade, e pode ser controlado através de botões ou de um joystick. Outro dispositivo útil em desenvolvimento é o “Giraf”, um autómato móvel que permite às pessoas comunicarem com outras através de um monitor de comunicação que funciona nos dois sentidos. “Permite à família, aos amigos e ao pessoal auxiliar visitar o idoso em sua casa, graças à internet, como se estivessem em presença uns dos outros”, diz Maria Gill, enfermeira e gestora de projecto, “TIC nos cuidados aos idosos”.

Os pequenos autómatos são vitais para a interacção humana numa população em envelhecimento. A “Genesis” é uma máquina lançada recentemente, que ajuda as pessoas a reconstruir o músculo após uma doença ou acidente. A “Zoom” é uma cadeira de rodas eléctrica, capaz de subir escadas ou andar fora de estrada. O projecto está também a desenvolver o “RobCab”, um autómato que prestará assistência ao pessoal de enfermagem em tarefas como a transferência de camas em hospitais, tudo em nome da eficiência na área dos cuidados de saúde.

Um máximo de € 850 000 anuais de fundos FEDER foi afectado ao projecto Robot Valley para o período 2008-2010

o mercado de fabrico de autómatos. O Robot Valley acredita que grande parte do crescimento nos autómatos de serviço durante esta década acontecerá nos segmentos pessoal/médico/saúde.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO WEB:

www.robotdalen.org



Chassis de concepção única permite uma série de exercícios funcionais

INCLUSÃO DOS ROMA – CAMPANHA PARA A MUDANÇA



O que é necessário para que uma campanha de inclusão dos Roma seja eficaz? De que forma se pode dizer onde se encontra o problema e como se pode resolvê-lo? E, mais importante, como é que é possível garantir que a campanha esteja ligada a uma medida política – para criar e manter as condições para a mudança?

A Fundação Internacional SPOLU, uma ONG dos Países Baixos, com mais de 10 anos de experiência na criação de organizações Roma, reúne o Centro Político para os Roma e Minorias da Roménia, a Roma Activa da Albânia e a Integro da Bulgária.

Juntos, participam num projecto-piloto cujo objectivo é responder a estas, e outras perguntas. O projecto vai decorrer em quatro países, sob a égide da Organização das Comunidades Romanas europeias (ERGO - European Roma Grassroots Organisation).

Um “projecto-piloto” é concebido para testar a viabilidade de determinadas acções, bem como avaliar a sua utilidade. O Acordo Interinstitucional entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira permite que estes projectos sejam executados pela Comissão a pedido do Parlamento.

Combater os estereótipos

As campanhas irão combater os estereótipos relativamente aos Roma, no domínio público e entre os decisores políticos, bem como no interior das próprias comunidades Roma. A finalidade é mudar estas atitudes, mas também mobilizar e responsabilizar as comunidades Roma para mudarem as condições que moldam o seu futuro.

Um dos objectivos subjacentes é o desenvolvimento de uma campanha de sensibilização – com modelos, métodos e mensagens. Este trabalho ajudará a medir o impacto da campanha e a reproduzi-lo noutras partes. A SPOLU pretende ainda investir nos recursos humanos através de um programa de desenvolvimento para Jovens Profissionais Roma.

Como fazer passar a mensagem?

Na Roménia, o Centro Político para os Roma e Minorias irá utilizar filmes para alcançar audiências mais vastas. O objectivo é responsabilizar os jovens e desencorajá-los de se virem a integrar num dos piores guetos Roma de Bucareste – Ferentari. Subjacente a esta campanha está a necessidade de quebrar o ciclo de exclusão e estigmatização que assola os bairros onde vive a comunidade Roma. Os miúdos destes bairros são encorajados a explorar futuros alternativos. Está ainda a ser produzido um comentário sobre a vida no bairro de Ferentari, em estreita cooperação com a Strada, uma empresa de produção romena já premiada.

Na Roménia e em Itália, as campanhas centradas em eventos desportivos irão divulgar mensagens positivas a um público muito vasto. Esta componente pretende criar um compromisso a longo prazo, por parte das associações desportivas, para tentar resolver o sentimento anti-roma. O Centro Político para os Roma e Minorias participará, juntamente com outros grupos, tal como a Unione Italiana Sport per Tutti (UISP).

Na Albânia e na Bulgária, as autoridades locais e regionais serão encorajadas a tratar, de forma séria, as questões relativas aos Roma. As autoridades locais reconhecem frequentemente os problemas dos Roma apenas a um nível superficial. Além disso, muitos Roma tornaram-se passivos e consideram este facto “normal”. Por consequência, as comunidades Roma raramente pensam ser participantes iguais das políticas municipais.

Para a RAA da Albânia e a Integro da Bulgária, o objectivo é incentivar a utilização de abordagens integradas relativamente à inclusão dos Roma, através do envolvimento das comunidades Roma locais, municípios e regiões. O resultado esperado é um maior reconhecimento dos cidadãos Roma como partes iguais na concepção das políticas e sua aplicação.

O Projecto é financiado pelo projecto-piloto “Coordenação pan-europeia dos métodos de integração dos Roma” – inclusão dos Roma, ao abrigo da componente “Informação e sensibilização”.

O Projecto começa a 5 de Junho de 2010 e termina a 5 de Dezembro de 2011

Os fundos FEDER representam € 989 140

O financiamento nacional é de € 175 000

O orçamento total é de € 1 164 140

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO WEB:

www.ergonetwork.org

AJUDAR OS MAIS DESFAVORECIDOS NA HUNGRIA

Está actualmente a ser levado a cabo um programa experimental para estimular o desenvolvimento, em cerca de 30 “micro-regiões”, em toda a Hungria. O programa financia centenas de projectos de infra-estruturas, no domínio do ambiente, transportes e turismo.

O Programa para as Micro-regiões Menos Desenvolvidas (MRMD) tem como objectivo ajudar as regiões mais desfavorecidas, sobretudo nas regiões do nordeste, sul e sudoeste do país. O Programa incide no desenvolvimento económico, no emprego, na educação e na integração da comunidade Roma, combinando diversos fundos e programas operacionais, de forma inovadora.

Orçamento total do Programa para as Micro-regiões Menos Desenvolvidas (MRMD): € 340 milhões de fundos

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo Social Europeu contribuem em conjunto com 85% para o período de programação 2007-2013, e a Hungria com os restantes 15%.

O Programa e os seus objectivos estão orientados para a luta contra o desemprego, a pobreza, a segregação e a discriminação. 10% da população húngara e um em cada três Roma vive nas micro-regiões mais deprimidas. Os desafios incluem a ausência de actividade económica, escolas com grande taxa de insucesso, migração de trabalhadores e dívida crescente.

A Hungria canalizou fundos acima da média para muitas destas micro-regiões, ao abrigo do primeiro Plano de Acção Nacional (2004-06). Contudo, os resultados não foram os esperados e as autoridades nacionais entenderam que era necessário tomar medidas adicionais. E foi assim que nasceram as MRMD, um programa de desenvolvimento complexo que incide nas 33 micro-regiões mais deprimidas do país – localizadas no norte da Hungria, na Grande Planície do Sul, na Grande Planície do Norte e das regiões Transdanúbias do Sul.

Os fundos para as MRMD são distribuídos através de três programas operacionais nacionais húngaros (Regional, Renovação social e Infra-estrutura Social). Um terço dos fundos é distribuído de forma equitativa (entre 11 000 e 72 000), um terço depende do número de habitantes por micro-região (entre 11 000 e 72 000), e um terço do número de povoações por micro-região (entre quatro e 49). AS MRMD estão também a receber fundos de diversos outros instrumentos nacionais.

Abordagem territorial, planeamento com base nos meios

O Programa tem uma representação em Budapeste na Agência Nacional de Desenvolvimento (AND). Além desta representação, conta com o trabalho de dois coordenadores da AND, vários peritos e assistência de universidades que adoptaram o Programa. Em conjunto ajudaram micro-regiões a desenvolver um pacote com vários projectos integrados, com base num plano local de desenvolvimento, cujo objectivo é investir as dotações disponíveis em cada micro-região.

Aproximadamente 5000 pessoas participaram no planeamento do projecto, com realce para o envolvimento das comunidades locais em cada uma das micro-regiões. “O Programa MRMD é único na Hungria, ao introduzir um novo instrumento de desenvolvimento e a seleccionar as micro-regiões como área alvo, em vez incidir em regiões ou condados mais centralizados”, afirma Frigyes Janza, Coordenador do Programa MRMD.

Dos 900 projectos seleccionados pelas autoridades de gestão, cerca de 250 já arrancaram. Estes projectos incluem a construção ou renovação de escolas, infantários, centros de saúde e centros sociais e estações de autocarros, bem como a melhoria da qualidade da água potável, do sistema de escoamento de águas e instalações para a prevenção de inundações. As comunidades Roma que vivem fora das cidades estão a ser ajudadas, graças à construção de melhores ligações rodoviárias, estando simultaneamente a ser planeadas várias estradas regionais. Por último, o Programa tem como objectivo atrair os turistas para estas micro-regiões raramente visitadas, que possuem um importante património e atracções culturais.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO WEB:

www.nfu.hu



MUDANÇAS NO FEDER – REDUZIR

A BUROCRACIA, DESBLOQUEAR OS FUNDOS

Com a Europa ainda titubeante na sequência de uma série de crises financeiras, a UE decidiu entrar em cena para alterar as regras que regem o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, com o intuito de simplificar as regras de gestão dos Fundos Estruturais e de Coesão. A revista Panorama analisa os possíveis efeitos no terreno.

Uma parte importante do Plano Europeu de Recuperação Económica

A actual crise económica abalou a confiança das empresas, aumentou o número de desempregados, e está a causar uma enorme pressão nas finanças públicas. Em relação a este último elemento, a pressão sobre os orçamentos públicos significa que os governos e as regiões estão a ter cada vez mais dificuldades em encontrar a parte dos fundos que lhes cabe, e que representa um pré-requisito para qualquer investimento feito com base nos Fundos Estruturais europeus.

A UE publicou a 16 de Junho de 2010, novas medidas cujo objectivo é simplificar as regras de gestão dos Fundos Estruturais e de Coesão. As alterações deverão servir para facilitar o acesso aos fundos e acelerar os fluxos de investimento, numa altura em que os orçamentos estão sob enorme pressão. As medidas de combate à crise económica incluem, entre outras medidas, pagamentos adicionais antecipados num total de € 775 milhões que irão ser pagos a alguns Estados-Membros, no sentido de solucionar os problemas de liquidez.

Estas novas alterações foram decididas no sentido de ajudar a solucionar os problemas de liquidez, bem como diminuir a burocracia e facilitar o acesso aos fundos. O aceleramento da aplicação dos fundos no terreno será uma ajuda adicional para as economias nacionais numa altura de crise.

Graças aos três fundos da Política de Coesão – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo de Coesão – os 445 programas ao abrigo da Política de Coesão irão aplicar em todas as regiões da UE um total de € 347 mil milhões, entre 2007 e 2013.

As principais mudanças são:

- **Introdução de um limite único de € 50 milhões para todos os tipos de grandes projectos que requeiram a aprovação da Comissão.**

O novo limite único permitirá, por exemplo, que os projectos ambientais de menor escala sejam decididos apenas pelos Estados-Membros, permitindo assim que iniciem o processo mais rapidamente.

- **As regras permitirão que os grandes projectos sejam financiados no âmbito de mais do que um programa.**

Por exemplo, a construção de um troço de auto-estrada que atravessasse diferentes regiões pode agora ser co-financiada através de vários programas regionais. As antigas regras não permitiam que isso fosse feito.

- **Aumento da utilização da engenharia financeira.**

Estabelecendo a possibilidade de criação de instrumentos específicos para impulsionar os investimentos em eficiência energética e energias renováveis.

- **Irão facilitar a obrigação de manter os investimentos durante um período de cinco anos.**

Estas regras passarão a aplicar-se apenas a determinados projectos, tais como os de investimento nos sectores de infra-estrutura e de produção. As regras não se aplicarão aos projectos que venham a falir de forma involuntária.

- **Simplificação das regras relativamente aos projectos de “geração de receitas” (por exemplo, projectos de aplicação de portagens nas auto-estradas ou que envolvam o arrendamento de longa duração ou venda de terras).**

As receitas passarão apenas a ser fiscalizadas até ao encerramento do programa em questão, reduzindo desta forma o trabalho administrativo dos Estados-Membros.

- **Objectivo de pagamentos adicionais de € 775 milhões** (4% do FSE e 2% do fundo de Coesão) para os Estados-Membros beneficiários de um empréstimo ao abrigo do esquema do equilíbrio da Balança de Pagamentos, ou que sofram de uma diminuição do PIB de mais de 10%: a Estónia, Letónia, Lituânia, Hungria e Roménia são os Estados-Membros que encaixam nestes dois critérios.

- **Adiar as regras de “Anulação Automática N+2”**

De acordo com a regra N+2, se os fundos atribuídos em 2007 não tivessem sido executados até finais de 2009, teriam que ser automaticamente devolvidos ao orçamento da UE. As novas alterações permitirão que todos os compromissos assumidos em 2007 possam vigorar por um período de tempo mais longo.

Estas alterações servem de complemento ao grande número de iniciativas que foram lançadas desde o início da crise ao abrigo do Plano Europeu de Recuperação Económica.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO WEB:

http://ec.europa.eu/regional_policy/funds/recovery/



Em cada uma das suas edições, a Panorama visita dois projectos e analisa a forma como estão a decorrer da perspectiva das pessoas que os gerem. Analisamos os pontos altos e baixos da gestão de um projecto financiado pelo FEDER: identificamos os problemas e partilhamos as soluções.

PROJECTO 1

NO INTERIOR DO LONGLIFE

Factos e números

Cerca de € 2.3 milhões serão investidos no projecto Longlife entre Janeiro de 2009 e Janeiro de 2012.

Questões de design

Em Julho deste ano serão lançadas as fundações de um edifício protótipo que poderá tornar-se a mais importante norma de construção de edifícios no futuro. O novo edifício protótipo, que se caracteriza pela sua eficiência energética e de custos, beneficiará da experiência de cinco países na Região do Mar Báltico.

O fundamento por detrás da construção deste novo edifício protótipo é um documento de análise comparativa que descreve as práticas aplicadas na Dinamarca, Alemanha, Lituânia, Polónia e Rússia. O objectivo é que este modelo possa servir de alternativa sustentável, e ao mesmo tempo acessível em termos de custos, para o sector da construção do mundo inteiro.

"Se a preparação do projecto for bem feita, poupar-se-á depois tempo na sua execução", diz-nos Maria Kiefel, "não devem ser subestimadas as vantagens de discutir com os parceiros as várias tarefas e expectativas.

União de esforços para um impacto máximo

Os últimos meses do projecto Longlife serviram para reunir informação e apresentar relatórios sobre o estado actual do desenvolvimento tecnológico, requisitos administrativos, procedimentos legais, perspectivas financeiras e necessidades demográficas das indústrias de construção dos países que participam no projecto.

Foram listadas as semelhanças e as diferenças, no sentido de identificar exactamente de que forma determinados métodos de construção podem ser optimizados e, em seguida, harmonizados.

Depois de finalizado este trabalho, será criado um manual de directrizes sobre a eficiência energética, sustentabilidade, optimização dos recursos e custos de ciclo de vida baixos.

Das orientações aos desenhos de arquitectura

Klaus Rückert, gestor de projecto e professor, deu aulas durante este último período escolar de Verão no Instituto de Tecnologia de Berlim e Josifas Parasonis na Universidade Técnica de Gediminas, em Vilnius. O objectivo das cadeiras destes dois professores é o estabelecimento de um protótipo de uma construção residencial sustentável e eficiente em termos energéticos.

Progressos na comunicação

Compreende-se que um projecto com uma abrangência geográfica tão grande tenha exigido um nível de comunicação tão elevado entre os parceiros. Maria-Ilona Kiefel explicou-nos que o simples envio de e-mails não foi suficiente.

"Após o nosso workshop em Vilnius no final de Janeiro, decidimos passar a realizar uma videoconferência regularmente. Esta decisão foi a mais acertada. O acompanhamento regular e a cooperação com base na confiança têm sido fundamentais para o projecto Longlife", acrescenta.

Flexibilidade face à austeridade

Apesar de o projecto ter avançado bem, acabou por ser afectado pela crise financeira e três parceiros tiveram mesmo que desistir. Este foi o ponto mais baixo do projecto, de acordo com Maria-Ilona Kiefel. O cumprimento dos objectivos do projecto Longlife exigiu a reestruturação de determinadas tarefas.

Em cada um dos cinco países participantes, o projecto Longlife tem três parceiros – uma universidade, uma administração e uma empresa. A crise forçou um parceiro da Alemanha e dois da Polónia a desistir.

O projecto organizou a sua conferência internacional intercalar em São Petersburgo em Junho, na qual os parceiros estabeleceram planos para trabalhar juntamente com os seus homólogos russos.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO WEB:

http://www.longlife-world.eu/home_en.html



Apesar de na nossa próxima edição irmos regressar ao Musipark e ao Centro NanoHealth, nesta descobriremos o que tem acontecido em dois outros projectos – Serviços de Saúde Competitivos e Longlife.

PROJECTO 2

OS BASTIDORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE COMPETITIVOS

Factos e números

Cerca de € 1 milhão estão a ser investidos num projecto de Serviços de Saúde Competitivos entre Janeiro de 2008 e finais de 2010.

Facilitar a vida dos doentes mais distantes

Os doentes renais que vivem no extremo norte poderão em breve beneficiar de tempos de espera mais curtos para as consultas locais com os seus médicos, devendo menos doentes ter que percorrer os cerca de 320 km de ida e volta para ir até ao Hospital Raigmore em Inverness. Estes serviços recentemente lançados permitirão que determinados exames gerais a doentes que têm um tratamento de diálise possam ser realizados através de uma simples ligação de vídeo. Graças ao projecto Serviços de Saúde Competitivos, a tecnologia está a ser utilizada na prática para encurtar as distâncias que os doentes têm que percorrer e o tempo de espera – o que muito agrada aos doentes que vivem em zonas remotas do Norte da Europa.

Minna Mäkinemi, a coordenadora do projecto, está satisfeita com os progressos realizados. “Estamos na realidade a testar mais serviços do que o que tínhamos planeado inicialmente”, diz-nos a respeito do projecto que se expande às zonas mais remotas da Finlândia, Irlanda, Noruega, Suécia e Escócia. São áreas em que a densidade populacional é de cerca de 3,5 por km².

Muito para além dos cuidados tradicionais

Já muito foi feito desde a nossa última visita ao projecto. A seguir damos alguns exemplos dos novos serviços que foram criados.

A principal unidade para doentes renais no Hospital Raigmore em Inverness está agora ligada ao hospital Caithness General em Wick (a cerca de 170 km de distância) através de ligação vídeo, ajudando, desse modo, o número crescente de doentes do Caithness com problemas renais. O pessoal de enfermagem também pode beneficiar da ligação já que tem a possibilidade de perguntar aos especialistas como está a decorrer o tratamento dos seus doentes.

Os especialistas do Hospital Universitário de Oulu estão a tratar os doentes com várias feridas e úlceras nas pernas num centro de cuidados médicos à distância, graças a uma ligação de vídeo de alta definição. Estes doentes podem consultar os dermatologistas, cirurgiões plásticos e as enfermeiras que fazem os tratamentos das feridas. Por sua vez, as enfermeiras ao domicílio podem consultar as enfermeiras que fazem os tratamentos das feridas. Este serviço contínuo é do agrado dos doentes, que deixaram de ter que percorrer distância longas, e muitas vezes atribuladas, até aos centros de tratamento ou hospitais.

Cuidados médicos modernos exigem meios modernos

O projecto tem-se, no entanto, deparado com alguns contratemplos – designadamente de ordem técnica. Minna Mäkinemi explicou-nos que a infra-estrutura informática nem sempre está adaptada aos novos serviços. Por exemplo, a qualidade de imagem e de som na Escócia são piores quando a ligação é feita através de ISDN, que dispõe de uma banda reduzida. E, visto que os tratamentos são levados até casa das pessoas, os doentes também têm que dispor de ligações de banda larga rápidas, o que nem sempre acontece no caso dos doentes mais idosos.

A coordenação de equipas multidisciplinares também tem sido um desafio. O projecto requer a contribuição de muitos profissionais com uma grande carga de trabalho – médicos, pessoal de enfermagem, pessoal hospitalar, técnicos de informática e pessoal administrativo – daí ser difícil estabelecer a folha de serviço. A dimensão internacional é um desafio adicional. Tem sido importante assegurar o fluxo da informação entre os parceiros, que se reúnem apenas duas vezes por ano.

Para Minna Mäkinemi esta tem sido uma das dimensões mais gratificantes do projecto – ter a possibilidade de partilhar conhecimentos e aprender com os outros parceiros, bem como realizar trabalhos que servem de referência. A dimensão internacional contribuiu também para analisar o sucesso e a viabilidade dos serviços electrónicos piloto, tal como a partilha de informações entre os países parceiros. O que, por sua vez, pode ajudar a desenvolver novos serviços nas zonas periféricas da Europa setentrional.

Se Minna Mäkinemi tivesse que deixar um conselho a outras pessoas que se encontram numa posição idêntica à sua, seria a necessidade de ter que se estabelecer um plano conjunto de implementação com que todos concordam, para assegurar um empenho total relativamente a todos os objectivos. O desafio agora é preparar o caminho para serviços sustentáveis que continuarão a existir mesmo depois do fim do projecto Serviços de Saúde Competitivos.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍLIO WEB:

www.ehealthservices.eu



AS REGIÕES E A MUDANÇA ECONÓMICA – PROMOVER UM CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Cidades mais ecológicas na Europa e as soluções sustentáveis no domínio da energia e das TIC foram os temas de discussão da conferência anual da iniciativa Regiões e a mudança económica (20 e 21 de Maio de 2010).

A conferência analisou a forma como o crescimento pode ser sustentável, graças a acções específicas, a uma cooperação reforçada, bem como através de consenso político, tendo este evento feito jus à sua reputação de ser um motor da inovação e da modernização económica.

“A Política de Coesão encontra-se numa posição única para poder contribuir para o cumprimento dos objectivos de crescimento sustentável da UE”, disse o Comissário do Ambiente, Janez Potočnik, no discurso que fez, explicando que esta Política pode ajudar-nos a avançar para uma economia mais eficiente em termos de recursos, mais competitiva e sensível relativamente à questão do ambiente.

A conferência contribuiu para se atingir este objectivo, através da organização de grupos de discussão e o lançamento de planos de acção locais, do prémio RegioStars 2010, bem como graças às oportunidades de trabalho em rede que criou e às trocas de boas práticas.

As regiões em acção

Nos vários grupos de discussão foram analisadas novas perspectivas sobre temas actuais. Em relação às soluções TIC, Luc Soete do Centro de Investigação e Formação de Maastricht UNU-MERIT Focus, defendeu que as políticas de investigação de longo prazo e de inovação eram primordiais para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. E disse ainda que “Dada a pressão fiscal sobre os orçamentos dos Estados-Membros nos próximos anos, é essencial que hoje se sublinhe o papel específico e a responsabilidade dos governos europeus relativamente ao compromisso público de apoio à investigação e inovação”.

O Conselho da Província de Barcelona apresentou um projecto modelo cuja finalidade é a implementação eficiente de objectivos de redução do dióxido de carbono, tendo assim contribuído para a discussão sobre como atingir uma maior eficiência energética nas regiões e nas cidades. A rede de municípios ajudou a melhorar a gestão do ambiente nesta região, na sequência do desenvolvimento de indicadores sustentáveis e da criação de serviços de apoio.

O grupo de discussão sobre cidades mais ecológicas concentrou-se na importância da requalificação de terrenos industriais abandonados e de aterros contaminados para o desenvolvimento das cidades e regiões.

Planos de acção para redes de vertente acelerada

A conferência marcou o lançamento de planos de acção locais das denominadas redes de vertente acelerada que incidem em temas como a inovação, sustentabilidade, integração e inclusão social. Durante a conferência, várias redes de vertente acelerada apresentaram a sua experiência no terreno. O Conselho Municipal de Turim apresentou um plano de acção local para a “Promoção de Comunidades Saudáveis”, uma iniciativa que ilustra os aspectos sociais do crescimento sustentável: ao promover as questões relacionados com a saúde no ambiente urbano, o projecto sublinha a necessidade de haver uma acção coordenada que envolva os diferentes domínios, tal como a política ambiental, social e económica. Por exemplo, as questões da saúde analisadas com base na vulnerabilidade social não podem ser resolvidas apenas através das políticas da saúde.



REGIOSTARS 2010 – A RECOMPENSA DE IDEIAS INOVADORAS

Seis projectos inovadores que beneficiaram de fundos regionais receberam Prémios RegioStars durante a cerimónia organizada no âmbito da conferência. Os vencedores foram o centro belga C-Mine, que prevê a transformação de uma área industrial numa interface para empresários e visitantes; um instituto sueco de microcrédito, que ajuda mulheres migrantes com o capital necessário para o lançamento dos seus próprios negócios; a aliança “Langas į ateitį” da Lituânia, de promoção de serviços electrónicos para idosos, pessoas com incapacidade e pessoas que vivem em zonas remotas; um novo modelo de negócios alemão para o acompanhamento ambulatório de doentes; um projecto francês de banda larga para zonas escassamente povoadas; e o projecto Esperama da Lituânia, que prevê a criação de um sítio Web com informações sobre os Fundos Estruturais europeus. Os Prémios RegioStars, que incluem pela primeira duas categorias CityStars, são atribuídos uma vez por ano e premiam projectos que possam inspirar outras regiões.



As regiões dão o exemplo

Os participantes apresentaram inúmeros exemplos concretos de soluções inovadoras e sustentáveis. Juan Alario, do BEI, apresentou o ELENA (Assistência Europeia à Energia Local), um serviço de assistência técnica que ajuda as cidades e as regiões a preparar projectos no domínio da energia sustentável que podem ser financiados pelo BEI. Juan Alario explicou que os projectos no âmbito do programa ELENA eram concebidos para poder ser reproduzidos em qualquer outro local, funcionando como instrumento de disseminação de boas práticas. O programa ELENA presta assistência a projectos, designadamente, no âmbito da construção de edifícios sustentáveis ou transportes amigos do ambiente e é financiado pelo programa da UE, Energia Inteligente – Europa.

Na República Checa, as medidas no âmbito da eficiência energética no sector da construção co-financiadas pelo FEDER, contribuíram para a redução da poluição atmosférica e das emissões de CO₂, dos custos operacionais das empresas, e para a criação de “empregos verdes”, bem como para um ambiente mais saudável.

Entre os projectos que serviram de exemplo está o PIKE, um projecto de acesso aos serviços de governo electrónico e o B3, que consiste numa série de acções levadas a cabo pelas regiões no sentido de melhorar a rede de ligação à internet através da banda larga e combater, dessa forma, as disparidades no domínio na tecnologia digital.

A iniciativa As Regiões e a Mudança Económica foi lançada em 2006 e o objectivo é dar às regiões uma oportunidade para poderem influenciar as políticas de uma forma eficiente e coordenada. Esta iniciativa é financiada pelos programas INTERREG IVC e URBACT II.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO WEB:

http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/sustainable-growth/home_en.cfm

Fórum do Comité das Regiões sobre a exclusão

A estratégia Europa 2020 e o seu objectivo estratégico de “crescimento inclusivo” e o Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social 2010 colocaram as questões relativas à pobreza e exclusão social no centro das atenções.

Neste contexto, o Comité das Regiões da UE organizou, a 8 de Junho, um fórum sobre as respostas a nível local e regional em termos de combate à pobreza e exclusão social. A finalidade foi mostrar alguns dos inúmeros exemplos de medidas tomadas como forma de ajudar a traduzir as acções locais em política nacional e europeia. Estas acções ganharam ainda mais importância à luz do aumento da taxa de desemprego e da pressão fiscal na sequência da crise económica.

A conferência abordou três temas gerais: maior acessibilidade dos serviços sociais locais para todos, preparação das pessoas para integrarem o mercado de trabalho, e medidas no sentido de ser criada uma cidadania inclusiva nas áreas urbanas e rurais. Os gestores de projectos locais e outras partes interessadas a nível regional de toda a UE partilharam as suas próprias experiências sobre as inúmeras abordagens relativamente à resolução destes problemas. A grande diversidade de exemplos de melhores práticas partilhou uma preocupação relativamente aos grupos da sociedade desfavorecidos – crianças e viver na pobreza, candidatos a asilo e refugiados, jovens desempregados, pessoas com incapacidades, ou pessoas sem-abrigo.

Na sessão de encerramento os participantes debateram a melhor interpretação das múltiplas necessidades dos mais desfavorecidos e da abordagem com base nas forças individuais de cada um – talentos, interesses, competências e qualificações. Esta abordagem ficou bem ilustrada em muitos dos projectos que tiveram êxito e que incidiram, em particular, na promoção do entusiasmo e da motivação, bem como na responsabilização das pessoas, que passam a controlar novamente as suas vidas. Um dos projectos escoceses resumiu bem esta ideia: “Nada que seja para nós, sem nós, é realmente para nós” (“Nothing About Us Without Us is For Us”).



DATAS 2010/2011	EVENTO	LOCAL
4–7 de Outubro 2010	8ª Edição Open Days, a Semana Europeia das Regiões e Cidades www.opendays.europa.eu	Bruxelas (BE)
13–14 de Outubro	Fórum anual sobre a Estratégia da UE para o Mar Báltico http://www.bsssc.com/news.asp?id=8657&pid=79&sid=79	Talin (EE)
Novembro (a confirmar)	Inclusão dos Roma: da recolha de dados e avaliação à política com base em provas http://ec.europa.eu/regional_policy/	Bruxelas (BE)
9 de Novembro	Instrumentos de microcrédito http://ec.europa.eu/regional_policy/funds/2007/jjj/	Bruxelas (BE)
16–19 de Novembro	Semana Espon (http://www.espon.eu/)	Liège (BE)
18–19 de Novembro	Conferência sobre os programas JESSICA e JEREMIE http://ec.europa.eu/regional_policy/funds/2007/jjj/	Bruxelas (BE)
22–23 de Novembro	Reunião ministerial informal	Liège (BE)
30 de Novembro – 1 de Dezembro	Conferência anual do URBACT http://urbact.eu/en/header-main/annualconference/	Liège (BE)
2 de Dezembro	Fórum das cidades	Liège (BE)
31 de Janeiro – 1 de Fevereiro 2011	5º Fórum Europeu da Coesão	Bruxelas (BE)
26–27 de Maio	Conferência sobre as Regiões e a Mudança Económica e os Prémios RegioStars	Bruxelas (BE)

Para mais informações sobre estes eventos, consulte a secção Agenda no sítio Web da Inforegio:
http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/agenda/

A edição de Inverno da Panorama passará em revista o Quinto Relatório Intercalar sobre a Coesão, que deverá ser adoptado no início de Novembro.

No seguimento deste tema, pretendemos examinar numa das últimas edições da Panorama a forma como a crise económica mundial, que começou em 2008, revelou os problemas estruturais em muitos países e regiões da Europa, independentemente do seu nível de desenvolvimento económico e social. Analisamos igualmente as diferentes respostas dadas no âmbito da Política de Coesão europeia e, claro, a Panorama dá as boas-vindas a todas as contribuições e exemplos de projectos neste domínio.

Em 2011, a Panorama analisará a questão da cooperação territorial. Se desejar partilhar algum trabalho interessante sobre os temas referidos acima, colocar perguntas ou expressar a sua opinião sobre este tema ou qualquer outra questão da Política Regional, contacte-nos por *e-mail*, e escreva-nos para:

regio-panorama@ec.europa.eu

ISSN 1725-8154

© União Europeia, 2010

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

KN-LR-10-035-PT-C

